

## SUMÁRIO

LEI Nº 7.210/1984.....	2
LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	2
SANÇÕES DISCIPLINARES – GENERALIDADES.....	2
ADVERTÊNCIA VERBAL.....	2
REPREENSÃO .....	2
SUSPENSÃO OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS.....	2
ISOLAMENTO CELULAR .....	3
REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO .....	3
SANÇÕES DISCIPLINARES - REGRAMENTO .....	3
APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	3

# LEI Nº 7.210/1984

## LEI DE EXECUÇÃO PENAL

### SUBSEÇÃO III

#### Das Sanções e das Recompensas

*Art. 53. Constituem sanções disciplinares:*

*I - advertência verbal;*

*II - repreensão;*

*III - suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único);*

*IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei.*

*V - inclusão no regime disciplinar diferenciado.*

*[\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)*

## SANÇÕES DISCIPLINARES – GENERALIDADES

Para toda falta disciplinar deve haver a respectiva sanção. **As faltas de natureza grave são previstas na Lei de Execução Penal e as médias e leves e suas correspondentes sanções na legislação local.**

O procedimento para apuração das faltas disciplinares é estabelecido em normas locais, já que a Lei de Execução Penal é omissa nesse sentido. **Deve ser observado o contraditório e a ampla defesa**, que são garantias constitucionais aplicáveis a todos os processos ou procedimentos administrativos, notadamente quando está em discussão o direito à liberdade, que pode ser atingido com a aplicação de uma sanção disciplinar no âmbito da execução penal.

## ADVERTÊNCIA VERBAL

A primeira sanção disciplinar é a advertência verbal. É a mais amena das sanções, aplicada para faltas leves.

## REPREENSÃO

A advertência é realizada oralmente, a repreensão é de forma escrita e revestida de maior rigor no aspecto educativo. Pode ser aplicada aos presos que cometeram falta média ou para os reincidentes em falta leve. Devem constar no prontuário do preso.

## SUSPENSÃO OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS

Podem ser suspensas ou restritas, as regalias e também o previsto na LEP, art. 41, inc. V, X e XV.

É possível, assim, suspender ou restringir o tempo do preso para a recreação e para o trabalho como forma de sanção disciplinar. Também pode ser aplicada a sanção de suspensão ou restrição do direito de visitas do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados. Pode alcançar tanto a visita normal, quanto à íntima.

Também pode ser suspensa ou restrita, a comunicação com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação. Não se configura medida inconstitucional, uma vez que não há direitos absolutos.

O período da punição deve ser determinado e temporário, sendo proporcional a gravidade da falta cometida e levado em consideração os antecedentes do preso. Deve ser anotada no prontuário do preso.

## ISOLAMENTO CELULAR

A mais grave das sanções que pode ser aplicada pelo diretor do estabelecimento é o isolamento do preso na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo.

Como ocorre na suspensão ou restrição de direitos, o período da punição deve ser determinado e temporário, sendo proporcional a gravidade da falta cometida e levada em consideração os antecedentes do preso.

Sua aplicação deve ser comunicada ao Juiz da Execução (LEP, art. 58, parágrafo único).

## REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

A última sanção e mais grave é a inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, mais conhecido como RDD, que é aplicada exclusivamente pelo Juiz da Execução.

## SANÇÕES DISCIPLINARES - REGRAMENTO

A LEP, art. 49, dispõe que as **faltas disciplinares são classificadas em leves, médias e graves** e que compete à legislação local especificar as médias e leves, bem como as respectivas sanções.

As faltas graves para os condenados à pena privativa de liberdade estão previstas na LEP, art. 50 e LEP, art. 52, caput, ao passo que para os condenados a pena restritiva de direitos se encontram elencadas na LEP, art. 51, em **ROL TAXATIVO**.

Incumbe à **legislação local de cada unidade da Federação estabelecer as faltas médias e leves com suas respectivas sanções**, tanto para quem cumpre pena privativa de liberdade, quanto para os condenados a pena restritivas de direitos.

### QUESTÃO TESTE

As faltas de natureza grave são previstas na Lei de Execução Penal e as médias e leves e suas correspondentes sanções na legislação local.

C

*Art. 54. As sanções dos incisos I a IV do art. 53 serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e a do inciso V, por prévio e fundamentado despacho do juiz competente. [\(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)*

*§ 1º A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento ou outra autoridade administrativa. [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)*

*§ 2º A decisão judicial sobre inclusão de preso em regime disciplinar será precedida de manifestação do Ministério Público e da defesa e prolatada no prazo máximo de quinze dias. [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003\)](#)*

## APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Toda falta disciplinar deve ser devidamente apurada por meio de procedimento administrativo, normalmente sindicância, com direito ao contraditório e a ampla defesa.

As sanções de advertência verbal, de repreensão, de suspensão e restrição de direitos e de isolamento celular, devem ser aplicadas mediante ato motivado do **diretor da unidade prisional**. A inclusão do preso no regime disciplinar diferenciado, depende de prévia e fundamentada **decisão judicial e de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento penal** ou por outra autoridade administrativa.

Antes de o Juiz da Execução decidir sobre a inclusão, ou não, do preso no regime disciplinar diferenciado, deverá **ouvir o Ministério Público e a defesa**, prolatando a decisão no prazo **máximo de 15 dias**.

A competência para a aplicação de sanção disciplinar ao condenado à pena restritiva de direitos é da autoridade administrativa a que ele estiver sujeito.

Não há previsão na Lei de Execução Penal de recurso contra a decisão do diretor do estabelecimento que aplica sanção disciplinar. Normas locais podem estabelecer referido recurso.

#### QUESTÃO TESTE

As sanções de isolamento celular na própria cela ou em local adequado e inclusão no regime disciplinar diferenciado são aplicadas pelo Juiz da Execução.

E